

Revista

FEBASE

Ano IV
N.º 33
1,50 €
Maio de 2013

Diretor: Delmiro Carreira

Federação do Sector Financeiro



Diretores adjuntos: Carlos Marques; Anibal Ribeiro; Horácio Oliveira e Pereira Gomes



28

Lista de continuidade
vence eleições no SBN



4

1.º Maio:
austeridade falhou

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Aníbal Ribeiro – SBC
Horácio Oliveira – SBSI
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Constança Sancho – SBSI
Firmino Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 062/090
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 68.000 exemplares
(sendo 3.500 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário



Dossiê | 1.º de maio
"A austeridade falhou.
Há outro caminho" **4**

UGT | Congresso
Trabalhadores sempre em primeiro lugar **7**

Os eleitos 7
Portugal visto de fora **8**
Novo líder, novo rumo **9**

CONTRATAÇÃO | Banca
Revisão global do ACT: **IC insistem** na proposta inicial **11**
CGD quer pagar **13.º e 14.º meses em "prestações"** **11**

CONTRATAÇÃO | Seguros
Melhoria do CCT continua **12**
HCIS pede **caducidade do AE** **12**

QUESTÕES | Jurídicas
O **Orçamento do Estado** e o interesse público **14**

FORMAÇÃO | Atualidade
Escola Profissional Agostinho Roseta:
"O nosso objetivo é levar os **alunos ao sucesso**" **16**



Texto: **ANÍBAL RIBEIRO**

A espiral recessiva tem de ser combatida com medidas de crescimento económico, com investimento produtivo, com a criação de emprego, com dinamismo social que permita aos jovens terem uma oportunidade

Um Povo Triste

Milhares de pessoas saíram à rua no 25 de abril e no 1.º de maio para protestar contra as medidas do Governo. O descontentamento é generalizado e os cidadãos clamam contra a austeridade, contra a falta de investimento, contra a falta de emprego e contra a falta de expectativas de futuro.

Os portugueses voltaram a manifestar-se porque a receita do FMI, do BCE e da Comissão Europeia, posta em prática pelo atual Governo, está errada e o doente que a troika devia salvar está cada vez mais moribundo. Portugal, assim, não morre da doença, morre da cura.

Foi uma contestação e um grito de revolta contra a opressão económica em que o País vive.

Foi um povo triste que saiu à rua. Foram menos jovens e mais idosos, pessoas que estão assustadas com o que veem à sua volta, com a loja da esquina já encerrada, o seu café de sempre fechado e a fábrica onde já trabalharam encerrada por falta de encomendas, ou deslocalizada para países de paraísos fiscais e mão-de-obra quase escrava.

Durante gerações sempre houve um otimismo razoável sobre o futuro. Acreditava-se que "o amanhã" seria melhor, como um valor absoluto e sempre com expectativas positivas. Mesmo os mais conservadores ou pessimistas acreditavam no progresso, na evolução da sociedade

como um todo e na melhoria da qualidade de vida de cada cidadão.

A espiral recessiva tem de ser combatida com medidas de crescimento económico, com investimento produtivo, com a criação de emprego, com dinamismo social que permita aos jovens terem uma oportunidade. Os que partem à procura de emprego noutros países já não regressam e cada vez haverá mais a partir. Não é apenas o efeito devastador da crise, é também a consequência de anos de mau planeamento, de falta de ideias e investimentos assertivos e produtivos.

A crise e as suas diversas consequências cortam o raciocínio e a perceção da própria realidade. As prioridades estão a ser alteradas e condicionadas pela emergência de novas dificuldades, pelo empobrecimento, pelo medo.

Por mais que queiram, por mais soluções imaginativas que arranjem em alternativa, os nossos problemas atuais não se resolverão sem crescimento económico e criação de emprego.

A meta que estas medidas tentam alcançar não é reformar para desenvolver, não é cortar para progredir. A meta é dismantelar todo um Estado social e destruir um País para "abaratar" o fator trabalho e assegurar por mais algum tempo a sobrevivência. ■



18
| **Bancários Centro**



21
| **STAS Actividade Seguradora**



24
| **Bancários Sul e Ilhas**



28
| **Bancários Norte**

Manifestação do 1.º de maio da UGT

"A austeridade falhou. Há outro caminho"

Milhares de pessoas participaram na manifestação do 1.º de maio organizada pela UGT, descendo a Avenida da Liberdade, em Lisboa, exigindo mais emprego e justiça social. Carlos Silva, no seu primeiro discurso no Dia do Trabalhador, frisou que "a austeridade falhou. Há outro caminho, o da sensibilidade social, da justiça social e da solidariedade". E deixou um recado ao Governo: "O consenso não pode ser simbólico e despido de consequências."

TEXTO: ELSA ANDRADE

A semelhança dos anos anteriores, o 1.º de maio foi dominado pela crise e pelo desemprego. Mas não só. O aumento das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão social; as dificuldades dos reformados e pensionistas; a perda do poder de compra dos portugueses e o estrangulamento da economia nacional pelas exigências da troika e pelas políticas do Governo tornaram a vida ainda mais difícil do que há um ano e refletiram-se nos protestos deste Dia do Trabalhador.

Por isso não faltaram razões para milhares de pessoas desfilar na Avenida da Liberdade, em Lisboa, integrando a manifestação da UGT e exigindo melhores condições de vida e respeito por quem trabalha – e por quem quer trabalhar e não tem onde.

A gravidade da atual situação mundial e do País terá pesado na decisão de todos de estarem presentes e, sobretudo, na diversidade dos que desfilarão: homens e mulheres, jovens e menos jovens, trabalhadores no ativo, desempregados e reformados, famílias inteiras com indivíduos de várias gerações.

Do Marquês de Pombal aos Restauradores gritou-se: "Crescimento e emprego, recuperar a esperança", "Pela democracia, com os sindicatos", "Crescimento e emprego, justiça social", "Trabalhadores e pensionistas, a mesma luta", "melhor economia, mais emprego", "Diálogo social sim, imposição não", "Menos precariedade, mais oportunidade", "Pelo direito ao trabalho, pelo direito à dignidade", "Sindicalismo responsável: UGT, UGT, UGT".

Mobilização expressiva

Mais uma vez os sindicatos responderam ao repto da central e mobilizaram os trabalhadores dos respetivos setores para estarem presentes na Avenida da Liberdade.

Aos protestos gerais juntaram-se os setoriais ou regionais, com os representantes a empenharem faixas alusivas. Foi o caso da Febase, com "Lutar pela defesa dos postos de trabalho, defender os trabalhadores", "Sim à negociação coletiva, não ao capitalismo de casino"; do Sindeltco com um expressivo "Pelo aumento dos salários, pelo aumento das pensões" ou da UGT/Algarve, apelando por "Emprego, saúde e transportes" (ver caixa).



Faixa alusiva à situação no setor financeiro



João Proença não faltou. Depois de um forte abraço ao seu sucessor, juntou-se aos manifestantes anónimos que desfilaram avenida abaixo.

Também os partidos políticos do arco da governação se fizeram representar na manifestação, marcando presença pelo PS Jâmla Madeira e Miguel Laranjeiro, e pelo PSD Matos Rosa.

O desfile até aos Restauradores foi encabeçado pelo secretário-geral e pela presidente da central sindical, bem como por dirigentes dos sindicatos, nomeadamente da Febase. Na cabeça da manifestação seguiram Rui Riso, Horácio Oliveira, Manuel Camacho e Teresa Pereira (SBSI), Patrícia Caixinha e Carlos Marques (STAS), Aníbal Ribeiro (SBC) e Mário Mourão (SBN).

Reivindicar condições dignas

Ao palco montado nos Restauradores subiram os elementos do Secretariado Executivo da UGT, bem como os seus dois principais dirigentes.

Lucinda Dâmaso, presidente da central, iniciou os discursos, recordando a importância do Dia do Trabalhador e lembrando o drama do desemprego e dos pensionistas.

"A UGT reafirmará a continuação da reivindicação de condições dignas de trabalho para todos, que permitam uma vida digna a todos, e ainda mais justiça e mais solidariedade", disse a presidente da UGT, acrescentando:

"Vivemos momentos difíceis, em que os milhares de trabalhadores se encontram no desemprego e milhares de pensionistas e reformados vivem em condições de pobreza ou quase pobreza".

Lucinda Dâmaso garantiu que a UGT "continuará a exigir, em sede de concertação e negociação, o relançamento da economia que permita a criação de emprego e uma vida digna para todos".

Renegociar o Memorando

Também Carlos Silva, no seu primeiro discurso no 1.º de maio como secretário-geral da central, recordou a luta dos operários de Chicago na defesa dos direitos dos trabalhadores, que hoje "estão a ser postos em causa por uma agenda liberal que assola a Europa".

Criticando as políticas liberais e insensíveis em que o capital e o poder financeiro

Febase bem representada

Os trabalhadores do setor financeiro acorreram à manifestação da UGT em maior número do que em 2012. Sob a alçada comum da Federação do Setor Financeiro (Febase), os trabalhadores representados pelos Sindicatos da Banca (SBSI, SBN e SBC) e dos Seguros (STAS e SISEP) ocuparam o primeiro lugar desde a cabeça da manifestação, que tradicionalmente abre com a juventude, logo atrás da faixa empunhada pelos dirigentes.

Assim, bancários e trabalhadores dos seguros desfilarão até aos Restauradores empunhando faixas onde se podiam ler palavras de ordem significativas: "Lutar pela defesa dos postos de trabalho, defender os trabalhadores"; "Sim à negociação coletiva, não ao capitalismo de casino"; "Contra os cortes nas pensões e reformas"; "Contra as reduções salariais nas empresas do setor empresarial do Estado".

Reunidos especialmente num único grupo que representava o setor financeiro, os trabalhadores marcharam unidos envergando t-shirts e bonés brancos com o logótipo da Federação. Ao contrário de anos anteriores, desta vez não se vislumbraram bandeiras dos sindicatos, substituídas pelas da Federação, possivelmente um prenúncio do sindicato único em preparação.

Além de carros de som e das faixas, a delegação contou ainda com o incentivo visual e sonoro de bombos e gigantes



A Febase teve este ano uma das suas maiores delegações

do Grupo Zés Pereiras Amigos Galegos, de Penafiel.

Recorde-se que antes da manifestação, bancários e trabalhadores dos seguros filiados nos cinco sindicatos da Febase reuniram-se num almoço-conívio nas instalações do SBSI na Marquês de Fronteira, de onde partiram para se juntarem aos restantes milhares de trabalhadores que participaram no 1.º de maio da UGT.

Carlos Silva cumpriu a tradição e participou no almoço da Federação de que até há pouco tempo foi um dos secretários-gerais adjuntos. ■

► se sobrepõem ao político e ao social, disse: "Não é este o Portugal que queremos, não é esta a Europa que construímos."

"Exigimos que a Europa demonstre a sua solidariedade, através da introdução de um pacto social que vise combater o desemprego e garantir a aposta na educação e na formação", frisou. "Somos pessoas, não somos objetos nem números", reforçou.

Num discurso de oito minutos em que retomou muito da sua intervenção no XII Congresso, em abril, Carlos Silva enviou vários recados, tendo como principal alvo o Governo.

Relativamente às políticas atuais, o secretário-geral da UGT foi categórico: "A austeridade falhou. Há outro caminho, o da sensibilidade social, da justiça social e da solidariedade."

E deixou um recado ao Governo: "A submissão aos interesses da troika secundarizando os direitos dos cidadãos é uma postura inaceitável. [Devemos] exigir a renegociação do Memorando e adaptá-lo à realidade portuguesa."

Um caminho que exige diálogo e negociação, mas não a qualquer preço. "O consenso de que tanto se fala, mas pouco se vai praticando, não pode ser simbólico e despido de consequências." A UGT quer diálogo "social e político", mas este "implica disponibilidade de todos, e em particular do Governo".



"Direito ao trabalho" foi uma das palavras de ordem mais repetidas

Reafirmando a disponibilidade da central para o diálogo e a concertação, voltou a afirmar o que tinha dito no Congresso da sua eleição: "Se tivermos de decidir entre a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e os credores que nos emprestam dinheiro, a UGT não pode vacilar." "Somos e seremos sempre a primeira linha da defesa dos trabalhadores portugueses", frisou.

"Não aceitaremos que os cortes na despesa do Estado sejam feitos com recurso ao despedimento dos trabalhadores da função pública e do sector empresarial do Estado", com reduções salariais e de pensões, disse, considerando que se foi possível negociar um pacto para a recapitalização da banca também tem de haver espaço para ser negociado um

pacto para os trabalhadores. É preciso lutar contra "o discurso da inevitabilidade", sublinhou.

Muscular a ação

E em declarações aos jornalistas, o líder da central avisou que a UGT "pode muscular a ação de rua" contra mais medidas de austeridade. "O Estado social não pode ser posto em causa. Temos de mudar de políticas", frisou.

"Todos temos responsabilidades, estamos todos no mesmo barco. Chama-se Portugal", disse Carlos Silva, sublinhando a necessidade de união e repetindo o repto à CGTP: "Não podemos desiludir os portugueses continuando de costas voltadas, sobretudo entre o movimento sindical." ■



Novo secretário-geral da UGT assegura

Trabalhadores sempre em primeiro lugar

A UGT vai preservar a sua matriz genética de diálogo e consenso, mas será mais reivindicativa e terá uma ação musculada.

E porque os trabalhadores estão sempre em primeiro lugar, a central marcará presença ao seu lado – nos locais de trabalho e na rua.

É o novo rumo definido por Carlos Silva, líder eleito por quase 90% dos congressistas

TEXTO: ELSA ANDRADE

O XII Congresso da UGT, que decorreu no pavilhão do Casal Vistoso, em Lisboa, a 20 e 21 de abril sob o lema "Crescimento e emprego – recuperar a esperança", ficou marcado por uma nova liderança e uma acentuada mudança de rumo. João Preença abandonou a central sindical ao fim de 18 anos, passando o testemunho a Carlos Silva, que no seu primeiro discurso como secretário-geral deixou claro que pretende imprimir à União Geral de Trabalhadores mais dinamismo e uma ação mais reivindicativa.

Não foi um Congresso de rutura, longe disso. João Preença apoiou desde o início a candidatura de Carlos Silva, e ambos colaboraram na preparação dos documentos de trabalho. Mais importante, o novo líder comprometeu-se – antes, durante e após a reunião magna – a respeitar o traço mais distintivo da UGT: a aposta no

diálogo e na negociação, a procura de consensos. Aliás, no seu discurso como novo líder frisou-o claramente: "Assumo perante vós o compromisso (...) de respeitar e honrar o património de quase 35 anos de sindicalismo democrático" e "respeitar e cumprir os pressupostos que são a matriz genética da nossa central – a permanente abertura ►

Os eleitos

Os congressistas elegeram 90 membros efetivos para os diversos órgãos da central: secretário-geral, presidente, Mesa do Congresso e Conselho Geral (6 elementos), Secretariado Nacional (68), Conselho Fiscalizador (7) e Conselho Disciplinar (7). Refira-se, também, que o Secretariado Nacional passa de 61 para 68 elementos, e o Secretariado Executivo de 14 para 16 (incluindo o secretário-geral e a presidente).

Excetuando os três primeiros órgãos, a "Febase" divulga apenas os eleitos que pertencem aos sindicatos da Federação.

Secretário-geral: Carlos Silva (SBC);
Presidente: Lucinda Dâmaso (SPZN);
Mesa do Congresso e Conselho Geral: Carlos Chagas (Sindep), Fernando Martins (SBSI), António Sá Coutinho (SBN), Teixeira Guimarães (SBN), Cristina Ferreira (FNE), Maria Regina Santos (Site);

Secretariado Nacional: Rui Riso (SBSI), Alfredo Correia (SBN), Aníbal Ribeiro (UGT/Guarda-SBN), Carlos Marques (STAS), Catarina Albergaria (SBSI), Clara Quental (SBN), Firmino Marques (SBN), Francelina Goretti (SBN), Helena Carvalheiro (SBC), Horácio Oliveira (SBSI), Mendes Dias (SBSI), Jorge Cordeiro (Sisep), Manuel Camacho (UGT/Lisboa-SBSI), Mário Mourão (SBN), Patrícia Caixinha (STAS), Paula Viseu (SBSI), Paulo Alexandre (SBSI), Paulo Coutinho (SBN), Rui Godinho (UGT/Setúbal-SBSI), Rui Santos Alves (SBSI), Vânia Ferreira (SBSI);

Conselho Fiscalizador de Contas: Armando Pereira (SBSI), Francisco Ventura (STAS), Jorge Macedo (SBN), Rui Mouzinho (SBSI);

Conselho de Disciplina: Henrique Correia (SBSI), José Joaquim Oliveira (SBN).



Os novos secretário-geral e presidente da UGT

ISGB INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA
ISGB – THE PORTUGUESE SCHOOL OF BANK MANAGEMENT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Acesso ao Ensino Superior

>23

Decreto-Lei 64/2006, de 21 Março 2006

Licenciaturas 2013/2014

> Gestão Bancária
> Gestão e Sistemas de Informação

Inscrições Abertas

1ª Fase: até 17 de Maio
Prova escrita: 22 de Maio
Entrevistas: 23 a 28 de Maio

2ª Fase: até 28 de Junho
Prova escrita: 2 de Julho
Entrevistas: 3 a 8 de Julho

Elementos de Avaliação:
> Apreciação do curriculum escolar e profissional; Entrevista; Prova escrita.

Informações:

ISGB – Av. Barbosa do Bocage, 87, 1050-030 Lisboa
Tel.: 217 916 210 | Fax: 217 955 234
IFB – Rua Fernandes Tomás, 352 – 4º, 4000-209 Porto
Tel.: 225 194 120 | Fax: 225 102 205

e-mail: isgb@isgb.pt
www.isgb.pt

Licenciaturas reconhecidas oficialmente. Duração: 3 anos.
(*) Não confere garantia de acesso. Curso "sem reconhecimento oficial".
Duração: 9 horas.
Copyright © 2013 by ISGB, Lisboa

Candidatos > 23 Anos

Condições Especiais
→ Isenção de taxas de inscrição em caso de ingresso no ISGB
→ Curso de Preparação* para a Prova de Acesso às Licenciaturas do ISGB gratuito
Para informações mais detalhadas consulte o site da ISGB.

Portugal visto de fora



Sharan Burrow (esquerda) e Bernadette Ségol (direita), com João Proença e Carlos Silva

As duas grandes organizações sindicais internacionais estiveram representadas no Congresso da UGT pelas suas secretárias-gerais: Bernadette Ségol, da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), e Sharan Burrow, da Confederação Internacional de Sindicatos (CSI). Ambas mostraram um conhecimento profundo da realidade portuguesa e deixaram o apoio das estruturas à luta dos sindicatos nacionais na defesa dos trabalhadores.

"Os portugueses, nos últimos anos, meses e dias, estão a passar por um processo extremamente doloroso", afirmou a líder da CES, acrescentando: "As políticas europeias traduzem-se em cortes nos salários, pensões e prestações sociais, na privatização dos serviços públicos e no ataque à negociação coletiva. O contexto é de desemprego, sobretudo dos jovens. O sistema está a chegar a um ponto de rutura, não é possível continuar assim".

Bernadette Ségol deixou clara a posição da CES: "Estamos totalmente em desacordo com a forma como os políticos estão a lidar com a crise: o remédio está a matar o doente". A austeridade, disse, "não funciona", está a provocar uma "espiral recessiva" que é "uma forma de atacar o modelo social europeu". "Precisamos de solidariedade, no interesse de todos os europeus", concluiu.

Também Sharan Burrow lembrou a "grande recessão" atual, "causada pela ganância do setor financeiro", que se converteu rapidamente numa "amarga" crise de desemprego e numa profunda crise social "à medida que os governos foram levados a declarar guerra aos seus próprios povos – cortando salários e pensões e atacando a segurança no emprego e a negociação coletiva".

A secretária-geral da CSI aludiu à "gritante recordação" de quando as "agências de 'rating' declararam lixo as obrigações portuguesas", as imposições da troika e as ações governamentais que se seguiram: limitações ao aumento do salário mínimo, restrições à negociação coletiva, abolição das portarias de extensão, revisão do Código do Trabalho, redução das indemnizações por despedimento.

"As crianças estão novamente a ir para a escola com fome e o desespero no setor informal está a crescer. Isto tem que parar. Queremos uma alternativa", afirmou.

"A nossa mensagem é: emprego, emprego e emprego. Todos nós sabemos como recuperar as economias: isso exige investimento no emprego", concluiu.

▶ ao diálogo e à concertação social, lutando por um sindicalismo de proposição e com uma cultura de responsabilidade".

João Proença também se despediu do seu cargo com um discurso mais aguerrido do que o habitual, não se coibindo de lançar duras críticas ao Governo e às suas políticas de austeridade: "As atuais políticas estão a conduzir o País a uma espiral recessiva de que não conseguiremos sair" disse, frisando que "a austeridade, longe de obter os resultados esperados agravou a recessão, aumentou o desemprego e levou a uma maior dificuldade em reduzir o défice, tornando a situação absolutamente insustentável".

"A ultra austeridade, aliada à desregulação económica e social está a agravar os problemas do País e dos portugueses", pelo que "não são aceitáveis mais, sempre mais medidas de austeridade", acrescentou.

Interesse nacional

Mas as diferenças de postura e promessas de atuação do novo líder face ao seu antecessor ficaram bem patentes. Carlos Silva foi contundente e deixou um aviso claro sobre a postura da central sindical sob a sua liderança: "Se tivermos de decidir entre a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e os credores que nos emprestam dinheiro, a UGT não pode vacilar".

"A UGT deverá estar sempre, sempre, sempre do lado dos trabalhadores. Esse deve ser para nós, sindicalistas, o superior interesse nacional", disse.

Criticando a atitude do Governo na concertação social, Carlos Silva referiu a "total disponibilidade para o diálogo e para a concertação social" da UGT, mas avisou: "Não o faremos a qualquer

preço", uma promessa de atuação que o distancia de João Proença, muito criticado, mesmo no interior da central, pelo posicionamento demasiado dialogante com um Executivo que tem teimado em não cumprir os compromissos assumidos.

A esmagadora maioria das cerca de sete centenas de congressistas mostrou estar em sintonia com o novo líder, como o provam os resultados das sucessivas votações: o Relatório de Atividades foi aprovado com apenas 22 votos contra e 2 abstenções; a alteração dos Estatutos recolheu a maioria dos votos, com 16 a pronunciarem-se contra e sete a absterem-se, e a Resolução Programática e Programa de Ação (onde estão expressas as linhas-mestras de ação da UGT para os próximos quatro anos) a recolherem somente 3 votos contra.

A mesma sintonia verificou-se na eleição para os órgãos da central sindical: Carlos Silva foi eleito secretário-geral por 88,77% dos delegados ao XII Congresso, a presidente, Lucinda Dâmaso (SPZN) foi eleita igualmente por esmagadora maioria (585 votos entre os 667 votantes), bem como o Secretariado Nacional, com 85,8% dos votos.

Nas diversas votações e nas intervenções dos conselheiros, as vozes dissonantes vieram sobretudo da tendência Mudar do SBSI e do líder de um dos sindicatos de ferroviários, Francisco Fortunato.

Entre as alterações no funcionamento da central, destaque para o aumento de elementos nos secretariados Nacional e Executivo, e a nomeação de porta-vozes para diferentes áreas setoriais, como é o caso de Rui Riso (SBSI/Febase) para o setor financeiro e de Nobre dos Santos (Fesap) para a administração pública. ■

Novo líder, novo rumo

Adeus João, olá Carlos

João Proença proferiu o discurso de abertura do Congresso, o seu sucessor, Carlos Silva, o de encerramento. Na hora da passagem de testemunho registou-se o novo rumo que o recém-eleito secretário-geral quer imprimir à central, através de algumas palavras-chave

ADN da UGT

"Respeitar e cumprir os pressupostos que são a matriz genética da nossa central – a permanente abertura ao diálogo e à concertação social, lutando por um sindicalismo de proposição e com uma cultura de responsabilidade".

Futuro da central

"A UGT deverá estar sempre, sempre, sempre do lado dos trabalhadores – esse deve ser para nós, sindicalistas, o superior interesse nacional"; a "UGT será ferramenta e instrumento de mudança. Temos poder enquanto parceiro social e enquanto central sindical. Usemos esse poder".

Diálogo e concertação social

"(...) Daí que a concertação social continue a merecer por parte da UGT uma especial atenção e empenho"; "Queremos ser parte da solução e não do problema. Mas diálogo social e político tripartido implicam disponibilidade e generosidade de todos os parceiros sociais, em particular do Governo para encontrar soluções concertadas"; "Diálogo social não pode ser apenas simbólico e despido de consequências. Não pode ser um jogo de espe-

lhos"; "Não aceitamos a política do 'quero, posso e mando'. O diálogo tripartido é um fórum de discussão e negociação, de cédências mútuas e compromissos, de proposição e debate de matérias sensíveis para o país e para os portugueses"; "A UGT assume a sua total disponibilidade, como sempre o fez no passado, para a negociação. Mas não a qualquer preço".

Negociação coletiva

"O direito à negociação coletiva é um direito constitucional. Não podemos aceitar o seu bloqueio, como forma de reduzir deliberadamente o poder de intervenção dos sindicatos".

Austeridade

"As políticas de austeridade que temos vivenciado nos últimos dois anos arrasaram as esperanças de milhões de portugueses e confirmou-se a sua falência. Há que mudar de agulha nas políticas. Políticas de crescimento económico e de emprego são essenciais para trazer novo ânimo ao País".

Défice

"A UGT nunca teve dúvidas sobre a necessidade de que Portugal deve controlar a sua dívida pública e equilibrar as suas finanças públicas. Mas os sacrifícios impostos aos portugueses ultrapassaram os limites".

Estado social

"A educação e a Segurança Social públicas e o Serviço Nacional de Saúde foram das mais espantosas criações do Portugal democrático e europeu"; "A UGT defenderá com todas as suas forças e influência o Estado social. A sua destruição ou esvaziamento não são uma inevitabilidade. O Governo está a atacar o próprio conceito de Estado social, que tanto nos custou a construir. Está a fazê-lo contra o povo e contra a Constituição".



Memorando e troika

"Se tivermos de decidir entre a espada e a parede, entre a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e os credores que nos emprestam dinheiro, a UGT não pode vacilar, porque sabe que a essência da sua existência é defender e representar aqueles que trabalham e que confiam na ação do movimento sindical como último reduto na defesa dos seus direitos".

Situação social

"O momento do País é extremamente doloroso e complexo.

Todos o sabemos e disso temos consciência – que o digam os trabalhadores e os pensionistas, os mais de um milhão de desempregados, os emigrantes forçados, a juventude que abandona Portugal por ter sido abandonada por Portugal, os que ficaram sem as suas casas, os que atravessam penosamente um período de pobreza envergonhada, não assumida socialmente, mas verificada nas crianças que dia após dia chegam à escola com fome".

Unidade

"Estaremos com todos os homens e mulheres de boa vontade, seja de forma individual, seja com organizações de cidadãos que queiram discutir o futuro de Portugal"; "As soluções não estão todas do mesmo lado. Contributos precisam-se. Venham eles do Congresso Democrático das Alternativas ou de outros movimentos de cidadãos. Venham de partidos políticos ou do movimento sindical"; "Hoje, neste Congresso, onde a CGTP está presente e que saúdo de forma viva, quero reafirmar a minha disponibilidade para retomar o nosso diálogo bilateral".

Marcos históricos

"É com o povo que a UGT deverá estar sempre"; "Estaremos com Abril e com Maio, na rua e nas ruas deste País". ■

Amigos e adversários



O ministro da Economia cumprimenta João Proença no primeiro dia do Congresso

Na abertura e no encerramento do Congresso, a UGT contou com a presença de um diversificado conjunto de convidados, entre amigos e adversários. Um "namoro" compreensível face ao papel relevante da central para consensos ou ruturas no futuro próximo.

Estiveram presentes representantes do Presidente da República, das confederações patronais, da CGTP, dos partidos políticos (com exceção do PCP) – nomeadamente o secretário-geral do PS, António José Seguro –, dos grupos

parlamentares e de sindicatos nacionais e estrangeiros, além do presidente do Conselho Económico e Social (CES).

Destaque também para a presença dos ministros da Solidariedade e da Segurança Social Pedro Mota Soares, da Economia Álvaro Santos Pereira, do secretário de Estado do Emprego Pedro Roque e dos ex-ministros Vieira da Silva e Helena André.

Referência ainda à comparência do primeiro secretário-geral da UGT, Torres Couto.



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de março

TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Belém serena"
João Amaro



"Saldos"
José Canelas



"Vamos ao Teatro"
José Canelas



"Lugar de Tágides"
Rui Gonçalves



"Não está a correr mal"
José Pinto



"Saneamento"
Emanuel Pontes

TEMA - LIVRE



"Mistura de cor"
José Canelas



"Amanhã será outro dia"
Rui Gonçalves



"Still life de Outono I"
Maria Salvador



"Mal me quer... bem me quer..."
Manuela Viola



"Saxo Jazz"
Ricardo Figueira



"Ajudinha marítima nº 54"
Emanuel Pontes

Revisão global do ACT

IC insistem na proposta inicial

As instituições de crédito (IC) têm demonstrado uma posição pouco flexível à mesa das negociações, mantendo quase inalterada a proposta inicial. A Febase exige que o impasse seja rapidamente ultrapassado, sob pena de enveredar por outro caminho

O processo de negociações para revisão do ACT do setor bancário continua a decorrer, mantendo a metodologia e a agenda previamente acordada.

Concluída a primeira leitura coletiva do clausulado constante das propostas de ambas as partes, foi dado início a uma segunda análise das cláusulas que ficaram pendentes por questões consideradas de pormenor.

Tudo faria supor que nesta segunda abordagem as divergências comesçassem a ser ultrapassadas, dado a causa do diferendo poder ser considerada "menor".

A Febase manifestou disponibilidade para reformular algumas das cláusulas, sem pôr

em causa o essencial das matérias em discussão. No entanto, tal abertura não se tem verificado por parte do Grupo Negociador das Instituições de Crédito, que se mantém fechado nas suas posições iniciais.

A Febase considera que esta situação carece de ser rapidamente ultrapassada, posição que transmitiu veementemente na sessão de 7 de maio. Face a este quadro, nova reunião foi agendada para 21 de maio, com objetivos claramente definidos.

Para a Federação, o grupo Negociador tem de alterar a sua posição, sob pena de ser forçada a enveredar por um caminho que não deseja, mas que também não rejeita. ■

TEXTOS: INÊS F. NETO

CGD quer pagar 13.º e 14.º meses em "prestações"

A administração da CGD pretende dar cumprimento ao acórdão do Tribunal Constitucional efetuando o pagamento dos 13.º e 14.º meses de acordo com a proposta de lei do Governo. A Febase discorda, considerando tratar-se de uma violação do Acordo de Empresa

sídio/prestações = 1.320-1,2xremuneração base mensal", sendo o remanescente pago em novembro. Por fim, aos funcionários com remunerações superiores a 1.100€ o subsídio será pago em novembro.

Reformados e pensionistas

Quanto aos aposentados e reformados, o 14.º mês será pago mensalmente em duodécimos.

Já o subsídio de Natal segue um esquema semelhante ao dos trabalhadores no ativo, ou seja, as pensões inferiores a 600€ serão pagas em julho; nas pensões entre os 600€ e os 1.100€, será pago em julho o montante correspondente ao subsídio de Natal calculado com base na fórmula "subsídio/prestações = 1.188-0,98 x pensão mensal" e o remanescente em novembro.

Quem receba uma pensão superior a 1.100€ receberá em julho um montante correspondente a 10% da pensão e o restante em novembro.

Todos os acertos e correções (tabelas de imposto e reversão e medidas de adaptação ao OE) serão executados na remuneração de novembro, um procedimento que permitirá uma estabilidade da base remuneratória que a Febase considera socialmente menos penalizadora.

Incumprimento do AE em tribunal

Relativamente às promoções por mérito e antiguidade, a administração disse não

pretender atribuí-las – mantendo-as congeladas –, justificando não ter havido alteração das circunstâncias que fundamentaram incumprimento do AE, continuando assim a violar a contratação coletiva.

Já as remunerações por antiguidade serão pagas a partir de maio.

A Febase continuará a lutar junto dos tribunais pelo cumprimento do Acordo de Empresa, nomeadamente através de ações judiciais, algumas já a decorrer em Tribunal. ■

Para trabalhadores de empresas e institutos públicos

O que diz a proposta de lei

Na proposta de Lei n.º 142/XII/2.ª, aprovada em Conselho de Ministros de 17 de abril, o Governo regula a forma como deverá ser implementado o pagamento dos subsídios de férias e de Natal de 2013 aos trabalhadores abrangidos pelo n.º 9 do art.º 27.º da Lei do OE de 2013, bem como aos aposentados e reformados.

De acordo com esta proposta, o Governo pretende alterar a forma de pagamento do subsídio de férias, que passa a ser efetuado em duodécimos, e reformula o pagamento do subsídio de Natal.

Esta proposta de lei encontra-se em discussão pública até 15 de maio, período em que a Febase se pronunciará contra a mesma, visto que a imperatividade prevista no art.º 9.º da referida proposta é claramente inconstitucional, ao afastar abusivamente a aplicação da contratação coletiva.

Melhoria do CCT continua

O STAS/Febase e a APS continuam a analisar o CCT do setor, com o objetivo de melhorar algumas cláusulas. A implementação do Plano Individual de Reforma, pela sua importância para os trabalhadores, é a matéria mais sensível

O Sindicato reuniu-se com a APS no dia 15 de abril, em mais uma reunião de contratação coletiva, com o objetivo de analisar a clarificação e melhoria de algumas cláusulas constantes no CCT para a atividade seguradora subscrito pelo STAS, SISEP e APS, bem como para a avaliação das cláusulas

de expressão pecuniária a vigorarem futuramente.

Voltou-se a abordar a inexistência de informação detalhada do Plano Individual de Reforma (PIR) para todos os trabalhadores de seguros que irão beneficiar com a entrada em vigor deste sistema complementar de reforma. O Instituto de Seguros de Portugal, enquanto entidade tutelar dos fundos de pensões, chamou a si a verificação, seguradora a seguradora, do modelo a implementar, não estando ainda concluído o processo, motivo pelo qual as seguradoras ainda não informaram oficialmente os valores finais atribuídos a cada beneficiário/trabalhador.

Pela particular importância de que se reveste o PIR para todos os trabalhadores de seguros, nomeadamente os que entraram depois de 1995 e que não beneficiavam de nenhum sistema complementar, o STAS vai continuar a acompanhar este processo até que todos estejam devidamente informados.

A Comissão Paritária irá reunir brevemente para aprovação do teor final de algumas cláusulas agora analisadas.

Ficou agendada para o dia 20 de maio uma nova reunião entre a APS e os sindicatos subscritores do CCT, com vista a analisar futuras alterações do mesmo, nomeadamente no que concerne às cláusulas de expressão pecuniária e tabela salarial. ■

TEXTO: PATRÍCIA CAIXINHA

O que está em vigor em 2013

PIR

Trabalhadores que entraram depois de 22 de junho de 1995 e até 31 de dezembro de 2009

Contribuição anual do empregador de 2,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador na sua conta.

Para trabalhadores que entraram depois de 1 de janeiro de 2010 e que perçam um ano após completos 2 anos de prestação de serviço efetivo na empresa

Contribuição anual do empregador de 2,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador na sua conta.

Prémio de Permanência

Para os trabalhadores que completem um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na empresa. Estão já abrangidos por esta cláusula os trabalhadores entrados em 2008.

Terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal, pagável com o ordenado do mês em que o facto ocorrer, verificadas as condições consignadas de faltas justificadas e média positiva nas avaliações de desempenho profissional nesse período de 5 anos

Seguro de Saúde

Para todos os trabalhadores, incluindo pré-reformados

Inclui aumento de capital de internamento que passou para 25.000,00 euros/ano. Inclui, pela primeira vez, um capital de 1.000,00 para a cobertura de assistência clínica em regime ambulatorio.

Seguro de Vida

Para os trabalhadores no ativo e na situação de pré-reforma

Com um capital de 100.000,00 euros por acidente de trabalho ocorrido ao serviço da empresa. 75.000,00 euros se resultar de outro tipo de acidente e 50.000,00 nos restantes casos. Inclui, pela primeira vez, a cobertura de Invalidez Permanente.

HCIS pede caducidade do AE

O HCIS – Hospital CUF Infante Santo pediu a caducidade do Acordo de Empresa celebrado com o STAS. O Sindicato considera que há má-fé negocial e não baixará os braços na defesa dos associados

TEXTO: CARLA MIRRA

O HCIS - Hospital CUF Infante Santo (ex-ISU) solicitou, em 6 de dezembro de 2012, a caducidade do Acordo de Empresa (AE) celebrado com o STAS (BTE n.º 4, de 29/01/2006), com o fundamento na frustração das negociações.

Em 2 de novembro de 2007, o HCIS procedeu à denúncia do Acordo de Empresa, mas ainda nem tinham decorrido dois anos sobre o início da sua vigência.

O AE, já celebrado à luz das regras do Código do Trabalho, não previa a sua vigência até que se verificasse a substituição por outro, o que nos leva a concluir ter sido esta a intenção inicial do HCIS, pois em dois anos dificilmente aferiram dos efeitos da aplicação do AE.

Em 30 de novembro de 2007, o STAS enviou contraproposta, iniciando-se as reuniões negociais em 6 de fevereiro de 2008. Estas viriam a ser suspensas em 5 de junho desse ano, ficando o seu reinício pendente do envio pelo HCIS das condições do seguro de saúde (uma das cláusulas em discussão). As reuniões foram retomadas em 14 de dezembro de 2009, com a presença do STAS, mas também da FESAHT e do SEP. Realizaram-se diversas reuniões ao longo de 2010 e 2011, acabando por ser sucessivamente canceladas, a partir de 10 de novembro de 2011, por falta de comparên-

cia da FESAHT. O HCIS defendeu que as reuniões apenas deveriam prosseguir com a presença de todos os intervenientes, embora o STAS questionasse por diversas vezes a continuidade das negociações com quem efetivamente detinha interesse no processo. O STAS ficou na expectativa do retomar das negociações, recebendo com surpresa a comunicação do HCIS, fazendo referência à caducidade do AE.

O STAS foi notificado, a 22 de abril, pela DGERT para audiência de interessados, depois de já ter enviado exposição pronunciando-se sobre os termos pouco claros das negociações. Voltará a insistir na má-fé negocial, mas tudo indica que a DGERT declarará a caducidade do AE, com efeitos a 11 de fevereiro de 2013. Qualquer que seja o resultado, o STAS não baixará os braços e manter-se-á do lado dos seus associados do HCIS. ■

Programas Exclusivos

Oasistravel.net
CREATIVE SOLUTIONS

Com Acompanhamento Oasistravel durante toda a viagem de/até Lisboa

Destino	Data
Azerbaijão, Geórgia & Arménia	1 a 13 Setembro
Circuito Balcãs (Bósnia–Monten.–Albânia–Macedónia–Sérvia)	2 a 11 Setembro
Canadá c/ Cataratas e Cruzeiro das Mil Ilhas	6 a 14 Setembro
Índia – Magia Colorida do Rajastão	11 a 21 Setembro
Vietname & Cambodja	5 a 14 Outubro
China, Macau & Hong-Kong	30 Outubro a 11 Novembro
Cruzeiro Singapura, Malásia e Tailândia	8 a 16 Novembro
Argentina & Chile	8 a 20 Novembro
Austrália (com extensão à Nova Zelândia)	13 a 26 Novembro
Outras sugestões disponíveis:	FERIADOS de JUNHO: <ul style="list-style-type: none"> • Berlim • Florença e Toscana • Circuito na Irlanda • Itália com Pompeia e Ilha de Capri

Desconto Especial*

Prolongado até 17 Maio !

FNAVT nr. 1959 – CRC de Lisboa – Cap. Social 499.000€ – NIPC 501621627

***Desconto Especial de 10% para o acompanhante nas reservas até 17 MAIO**
Aproveite !!

* Não acumulável com outros descontos ou condições especiais

LISBOA - MQ POMBAL
213 193 600
outgoing@oasistravel.net

LISBOA - AV. ROMA
218 411 700
groups@oasistravel.net

SETÚBAL
265 237 674
setubal@oasistravel.net

facebook
oasistravel.net
facebook.com/oasistravel.net

Acórdão do Tribunal Constitucional

O Orçamento do Estado e o interesse público

O Tribunal Constitucional devia ter considerado inconstitucionais outras medidas, ponderando dois aspetos: ferem em absoluto direitos fundamentais e não há interesse público que valha a medidas restritivas que só têm servido para contrair a economia e estrangular as finanças

TEXTO: JOSÉ PEREIRA DA COSTA*



Ao Tribunal Constitucional cabe o papel decisivo da fiscalização abstrata da constitucionalidade

O Acórdão do Tribunal Constitucional 187/2013, sobre o Orçamento do Estado de 2013, surge no seguimento do Acórdão sobre o Orçamento do Estado de 2012 e de toda a polémica que a temática tem gerado.

O Tribunal Constitucional pronunciou-se, assentando (apenas, dizemos nós) quatro inconstitucionalidades, não considerando outras que foram invocadas.

No fundo, com interesse concreto, o Tribunal Constitucional considerou inconstitucionais os cortes nos subsídios, quer para funcionários públicos, quer para reformados e pensionistas, quer para docentes e bolseiros, declarando, também, inconstitucionais as contribuições sobre prestações de doença e de desemprego.

Com toda a clareza debatemos aqui, em tempo oportuno, a questão, enunciando, desde logo, as inconstitucionalidades que identificámos no Orçamento de 2013. Sedimentamos o que aí defendemos, partindo, agora, para outra análise (ver revista da Febase de janeiro de 2013).

De facto, o papel que a Constituição e, por sua via, o Direito Constitucional, tem na vida de cada um de nós não pode ser isento de valoração ética.

A Constituição entra-nos, assim, pela porta dentro, revelando-se em dois graus distintos: em primeiro lugar garante os direitos fundamentais, declarando-os, para depois, e em segundo lugar, dispor de regras processuais adequadas à sua defesa.

Nestes termos coloca-se, sempre, uma dúvida: quem garante a "constitucionalidade" de uma Lei (na verdade e face à possibilidade de verificação permanente da conformidade à Constituição de determinada norma, a expressão que os juristas preferirão é a "não inconstitucionalidade") e como o faz?

Se é verdade que ao Tribunal Constitucional cabe, quer em sede de fiscalização preventiva, quer em sede de fiscalização sucessiva, o papel decisivo da fiscalização abstrata da constitucionalidade, que, em suma, se radica na verificação da conformidade constitucional sem mediação de uma situação concreta, não deixa de ser verdade que em Portugal vigora, e bem, o princípio de que "nos efeitos submetidos a julgamento não podem os tribunais aplicar normas que infrinjam o disposto na Constituição ou os princípios nela consignados" – artigo 204.º da CRP.

Com esta disposição, de enorme relevo institucional, quis o legislador

constituinte garantir que os tribunais, todos, são livres de apreciar, em concreto, a conformidade à Constituição de cada situação em concreto.

Este duplo modelo de fiscalização da constitucionalidade das leis tem sido uma pedra basilar da construção do denominado processo constitucional, sendo certo que o Tribunal Constitucional tem, graças à possibilidade de recurso do julgamento da inconstitucionalidade em concreto, sempre a última palavra – este recurso é de tal forma relevante que, como o Tribunal Constitucional não pode suscitar, por si, a fiscalização de determinada norma, só assim se pode pronunciar sobre a conformidade de leis que não foram submetidas à fiscalização abstrata.

A compreensão do equilíbrio de verificação da constitucionalidade legislativa que aqui vos trazemos é fundamental para que se analise a situação de todo e qualquer particular, nomeadamente no que concerne a medidas lesivas que constem no Orçamento do Estado. Como já evidenciámos, consideramos

se refere às matérias que lhe foram colocadas, por outro lado o Tribunal Constitucional terá sempre a última palavra sobre as matérias que já lhe foram levadas a julgamento.

Daqui nasce a verdadeira natureza da fiscalização concreta da constitucionalidade, ao permitir que o particular, junto, primeiro, de um Tribunal de primeira instância, demonstre que determinada lei lesa o seu direito de tal forma que, naquele caso, não pode ser aplicada – este grau de lesão tem de ser intenso, grave e irreversível.

O advogado, independentemente do papel que lhe caiba, está, então, refém da Constituição, da interpretação que dela fizer, na medida em que intermedeia o diálogo entre o particular e a Lei Fundamental.

Desse diálogo nascerá, muitas vezes, o objeto de uma lide que tem, como pressuposto básico, a lesão de um Direito Fundamental.

Por isso mesmo, não podemos deixar de esclarecer que o artigo 18.º n.º 2 da Constituição deve, sempre que se debate esta temática, quer em abstrato, quer em concreto, ser lido com a máxima atenção: "A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos."

Mais uma vez nos encontramos na encruzilhada constitucional: qual o limite máximo e mínimo da lesão de um direito fundamental?

Não há uma resposta de sentido único, mas podemos explicar um exemplo: no ano passado, face à situação de emergência, o Tribunal Constitucional considerou que o corte nos subsídios é inconstitucional, mas limitou os efeitos, face a interesse público de especial relevo, o estado de emergência das contas públicas. Este ano, no entanto e considerando a decisão do ano

passado, o Tribunal já foi claro e definitivo: a inconstitucionalidade já é de tal forma consistente e permanente que não admite exceções.

Esta linha de raciocínio está, a bem da verdade, contemplada em todo o Acórdão deste ano, uma vez que o Tribunal Constitucional foi analisando todas as questões como estando no limite da constitucionalidade, nomeadamente a CES e a sobretaxa de IRS.

Considerou, no entanto, que a lesão dos direitos fundamentais dos particulares ainda é aceitável face à urgência e necessidade, face ao estado das finanças públicas.

Sucede, porém, que o Tribunal Constitucional não passou um cheque em branco, nem declarou que estas medidas estão sedimentadas na esfera jurídica dos particulares: são válidas para este ano, mas só para este ano. Depois terão de ser objeto de outro juízo crítico.

Estamos em crer que o Tribunal Constitucional, como aqui afirmámos, devia ter considerado inconstitucionais outras medidas, considerando dois aspetos: que as medidas ferem em absoluto direitos fundamentais e que não há interesse público que valha a medidas restritivas que só têm servido para contrair a economia e estrangular as finanças. Na verdade, perante o descalabro das finanças públicas, estas medidas não só são lesivas para o particular, como o são, essencialmente, para o Estado.

Quer a CES, quer a sobretaxa assentam, sobretudo, numa natureza confiscatória sem memória no passado tributário português, que o Tribunal Constitucional se recusou a apreciar, é certo. Mas deixou a porta aberta para que no próximo ano se possa aferir a sua constitucionalidade. ■

*Advogado do SBSI

Maria do Sameiro, diretora-geral da Escola Profissional Agostinho Roseta

"O nosso objetivo é levar os alunos ao sucesso"

Uma grande família. É desta forma que se pode caracterizar a Escola Profissional Agostinho Roseta. Entre direção, professores e alunos, a química e união são enormes. E se alguma dúvida houvesse, os olhos emocionados de Maria do Sameiro desfazem-na. Uma escola diferente, onde os valores do sindicalismo estão presentes

TEXTOS: PEDRO GABRIEL

Revista Febase - Qual é a principal missão desta escola?

Maria do Sameiro - A nossa principal missão é formar jovens profissionais. Os alunos entram com o 9.º ano e passam aqui três anos, o que lhes confere o nível IV de qualificação e os prepara para o ingresso na vida ativa. Estamos divididos por polos e temos 600 alunos espalhados pelo País. Penso que a chave do nosso sucesso é essa. O relacionamento que temos uns com os outros é muito profissional mas também muito humano. Preparamos os alunos como bons técnicos mas temos também a preocupação de lhes dar uma educação para a cidadania, fundamental para que sejam solidários, respeitem as pessoas que estão próximas e tenham conhecimentos a nível de cultura geral. Para nós



Maria do Sameiro: "Daremos sempre prioridade aos filhos de trabalhadores sindicalizados"

cada aluno é uma pessoa. A filosofia é esta: em primeiro lugar estão os alunos e o objetivo é levá-los ao sucesso.



A Escola Agostinho Roseta tem a preocupação de formar jovens profissionais e cidadãos

P - Que tipo de cursos oferece a Escola Agostinho Roseta? Quais os que têm maior adesão?

R - Temos cursos na área da informática de gestão e, no ramo da hotelaria, de cozinha/pastelaria, mesa e restaurante/bar. Temos ainda cursos de turismo, de animação sociocultural e de técnico auxiliar de saúde - e todos têm muita procura. Nesta altura em que o Ministério da Educação obriga a turmas com um mínimo de 26 alunos, nós temos a sorte de ter 30. Os alunos procuram muito a nossa Escola e sentem-se bem aqui.

P - Está previsto a criação de mais cursos?

R - Atualmente deparamo-nos com um problema: não temos por onde crescer, estamos cheios. Gostávamos muito de estabelecer alguns protocolos com o CEFOSAP, porque é o centro de formação da UGT. Já trabalhamos em parceria no Crato, mas gostaríamos que fosse uma realidade nos outros polos. Penso que a curto prazo isso será possível.

P - Qual o principal motivo para os alunos escolherem esta escola?

R - A nossa principal publicidade são os alunos, que falam bem da escola e levam as pessoas a procurarem-nos. Por exemplo, veio cá um casal com um miúdo de 12 anos que, no final, disse-nos que queria vir para cá quando terminasse o 9.º ano. Porque a nossa Escola é, de facto, diferente. Sou uma apaixonada pelo ensino, fui professora do en-

sino oficial, mas foi nesta Escola que me realizei, porque aqui vejo a concretização de um trabalho.

P - A crise atual tem afetado a taxa de colocação após a conclusão dos cursos?

R - No futuro não sei, mas até agora temos tido uma grande taxa de colocação. Temos alunos espalhados um pouco por todo o País, desde Ofir até ao Algarve, passando pela Serra da Estrela. Temos protocolos com muitas entidades e são já as próprias empresas que nos procuram. Investimos bastante nessa área porque estamos com muito crédito junto do mercado. Isso é um grande incentivo para os próprios alunos. Ao longo dos três anos, eles visitam os grandes hotéis e nós, na formação técnica, procuramos professores que estejam ligados ao mundo do trabalho. É uma porta aberta para entrarmos.

P - Os alunos têm possibilidade de prosseguirem os estudos?

R - Há muitos que o fazem, tornando-se trabalhadores-estudantes. Quando vão fazer o estágio arranjam emprego - tento incutir-lhes isso, que tenham um emprego - e depois vão estudar à noite. Ou então fazem acordos com os empregadores, de modo a que possam conciliar as duas coisas.

Apoio aos alunos

P - A Escola tem especial preocupação no apoio a alunos com carências socioeconómicas?

R - Sem dúvida. Estamos atentos às dificuldades que as famílias estão a atravessar. Decidimos atribuir subsídios de transporte aos alunos, criámos espaços na escola onde os preços são ainda mais baratos do que nas escolas oficiais. Todos os nossos alunos se alimentam convenientemente, temos esse cuidado. Estou muito feliz porque concretizámos estes objetivos em todos os polos. Mas todos são bem-vindos à Escola desde que queiram aprender e estudar - é o que lhes dizemos quando chegam. Aqui só pagam a inscrição e o seguro. Todos os outros gastos, desde o material às visitas, fica a cargo da escola.

P - Mas nem todos os alunos são iguais...

R - Quem falta às aulas, chega atrasado ou se porta mal tem penalizações. É uma forma de educá-los. A nível nacional não há aulas à sexta-feira à tarde. Mas os faltosos ficam à tarde toda na escola, têm de repor as horas. A avaliação é feita por módulos e eles têm de ter, pelo menos, 10 valores. Se não o conseguirem no final

do módulo damos-lhes mais uma oportunidade, fazem a chamada "recuperação do módulo". Se voltarem a não ter 10, o professor tem de indicar a razão. É um aluno que falta? Tem mau comportamento? Chega atrasado às aulas? Então paga 15€ no final do período, que é quando se faz a recuperação do módulo. Se, por outro lado, é um aluno assíduo, pontual, mas que tem dificuldades de aprendizagem, a escola dá-lhe todas as condições para que possa cumprir os objetivos.

Saber a importância do sindicalismo

P - Há a preocupação de explicar aos alunos quem foi Agostinho Roseta e a ligação da Escola ao sindicalismo?

R - Temos sempre esse cuidado, bem como de dar a conhecer a nossa história, quem é a nossa entidade proprietária, por quem é formada e o que são sindicatos - e eles sabem explicar tudo pelas suas próprias palavras. Além disso, sendo a Associação Agostinho Roseta composta por 13 sindicatos - sendo que um deles é a própria Central -, é importante referir que daremos sempre prioridade aos filhos de trabalhadores sindicalizados.



Os alunos contam com os professores como amigos e confidentes

P - Qual foi o objetivo de levar os alunos à manifestação da UGT no 1.º de maio?

R - Não é fácil, num dia feriado, mobilizar para uma manifestação a quantidade de jovens que nós mobilizámos. Ninguém é obrigado a ir, mas eles acharam que deviam estar presentes e mostrar a sua gratidão aos sindicatos que compõem a Associação. E este ano

A Escola como segunda casa

A Escola Agostinho Roseta conta atualmente com um corpo docente bastante jovem, o que acaba por facilitar a relação com os alunos. Os professores tornam-se amigos e confidentes.

"A maior parte dos alunos que aqui está não tem a família nuclear como nós a conhecemos há uns anos, portanto sentem esta escola como a sua segunda casa. Não somos apenas professores mas, também, amigos e conselheiros. Eles procuram-nos imenso. A nossa principal gratificação é assistir à sua transformação, não só em termos académicos mas principalmente enquanto pessoas", explica-nos o grupo de jovens professores.

Os alunos alinham pelo mesmo discurso e reforçam o facto de a escola ser pequena, facilitando a interação entre todos. A relação com os professores também não foi esquecida. "Sabemos que podemos contar com os professores. Eles tornam-se nossos amigos para que possamos estar confortáveis ao expor os nossos problemas", contam os alunos do 12.º ano, cujo percurso na escola está prestes a terminar.

"Polo de Sesimbra vai ser muito importante"

P - A Escola Agostinho Roseta vai abrir um polo em Sesimbra. Quais são as expectativas para esta nova abertura?

R - As expectativas são grandes, porque significa menos alunos a saírem do concelho para terem formação no secundário, ao contrário do que acontece agora. Temos tido bastante apoio por parte da própria Câmara, que está muito expectante e satisfeita com a nossa ida para lá. É um novo desafio e mais uma luta.

P - Que cursos vão estar disponíveis?

R - Sesimbra é uma zona que vive muito da parte hoteleira. Vamos abrir cursos ligados à restauração, como cozinha/pastelaria e restaurante/bar. Contamos abrir cursos de turismo na generalidade, bem como um grupo de turismo ambiental e rural.

Por unanimidade e aclamação

Conselho Geral aprova Contas

Os conselheiros aprovaram as contas do Sindicato e debateram as consequências da crise no setor bancário. A sessão foi ainda preenchida com um balanço sobre as negociações da revisão global do ACT e votos de congratulação a Carlos Silva pela liderança da UGT

Texto: AMILCAR PIRES

O Conselho Geral do SBC realizou-se a 10 de abril, no hotel D.ª Inês, tendo como ponto único da Ordem de Trabalhos a discussão e votação do Relatório e Contas relativos ao exercício de 2013.

Com apenas um assunto a dominar o debate, a sessão foi aproveitada para se fazer uma análise da situação político-sindical, tendo intervindo vários conselheiros e a Direção.

De um modo geral, todos os intervenientes se manifestaram preocupados com a crise, que não parece ter fim à vista e que dia após dia agrava as condições de vida dos portugueses.

O desemprego é o flagelo que atinge todos os setores da atividade económica. Na banca, onde nunca se tinha ouvido falar em despedimentos, agora o tema do dia é que o banco A e o banco B vão proceder a reestruturações, libertando centenas ou mesmo milhares de trabalhadores. Em vez de lhe chamarem despedimentos, aplicam-lhe um termo mais soft, "rescisões amigáveis", deixando o recado que se não aceitarem assim terão de aceitar de outra forma e em piores condições.

Do SBC para a UGT

Por parte da Direção foi referida a dificuldade em angariar novos associados, dada a conjuntura deveras adversa. Como foi dito, a banca está a despedir pessoal, não renova os contratos a termo certo e há ainda os que nos deixam para sempre.

A Direção salientou ainda que decorrem negociações do ACT depois de a



As "rescisões amigáveis" na banca preocupam os conselheiros

banca, pela primeira vez, ter denunciado o existente. Sabe-se que a banca quer acabar com as progressões automáticas, com as diuturnidades e com o subsídio de antiguidade, e que em troca estará disponível para dar aos sindicatos uma reivindicação muito antiga, que consiste na distribuição *per capita* do bolo referente ao financiamento dos SAMS. Admitindo as dificuldades, tudo terá que ser ponderado, tendo sempre em conta, prioritariamente, os superiores interesses dos trabalhadores bancários.

Foi ainda abordado o congresso da UGT [que se aproximava quando foi realizado o Conselho Geral] onde o presidente do SBC seria eleito secretário-geral da central, o que constituiu motivo de orgulho para todos os bancários e particularmente para o SBC: sendo o mais pequeno dos sindicatos verticais, é o seu presidente que assume o mais elevado cargo do sindicalismo. Foi com alguma emoção e expectativa que foi manifestada a esperança, nele depositada, para um novo rumo na condução da central sindical.

Boa saúde financeira

Quanto às contas, os conselheiros tinham recebido previamente um dossiê bem elaborado pelos serviços de contabilidade, o que facilitou a análise e onde se aferiu a boa saúde financeira do Sindicato.

A tesoureira, Dr.ª Helena Carvalheiro, fez apresentação do documento, realçando que apesar da crise o Sindicato tem uma situação financeira consolidada e que só assim foi possível atribuir mais benefícios na área da saúde e da educação para os associados, reiterando que a Direção continuará a tomar medidas, dentro das disponibilidades financeiras, que possam minorar a crise que afeta a todos.

Houve depois algumas intervenções para pedir esclarecimentos num ou noutro ponto, mas também para elogiar o documento apresentado na forma e nos pormenores, que tornam fácil a análise do mesmo para os menos familiarizados com estas matérias.

A tesoureira agradeceu os elogios e esclareceu cabalmente todas as dúvidas suscitadas.

A confirmar que os conselheiros estavam satisfeitos com os documentos apresentados, está o facto de o Conselho Geral ter aprovado as contas por unanimidade e aclamação.

No final do Conselho Geral houve mais uma manifestação de carinho e apreço dos conselheiros para com o presidente do Sindicato Carlos Silva, a quem foram endereçados votos de muitas felicidades no seu novo cargo de secretário-geral da UGT, convictos de que as expectativas não irão sair defraudadas. ■

Pesca de Mar

Mário Veríssimo segue na dianteira

Após duas das três provas do campeonato, Mário Veríssimo é o primeiro classificado. O pescador tentará o título na Figueira da Foz

Texto: SEQUEIRA MENDES



Em Peniche o mar apresentou-se bom, mas o peixe escasseou

Está a decorrer o 35.º Campeonato de Pesca de Mar do SBC, que teve início em 23 de março e prolonga-se até 4 de maio, campeonato que conta com 15 indómitos pescadores inscritos. O campeonato desdobra-se em três etapas, cujos vencedores são os mais bem classificados no somatório das três provas efetuadas.

A primeira prova teve lugar na típica vila piscatória da Nazaré, a 23 de março, com um mar a apresentar-se muito

agressivo e oferecendo grandes dificuldades aos atletas. Apesar desta grande contrariedade, os pescadores puxaram dos seus galões e foi um regalo vê-los tirar peixe, quer em quantidade, quer em variedade.

A segunda prova realizou-se na cidade de Peniche a 6 de abril. Desta feita, o mar apresentou-se muito bom para a prática deste desporto, mas como não há bela sem senão, o peixe escasseou.

A terceira e última prova teve lugar na Figueira da Foz, a 4 de maio, onde houve um almoço de confraternização e entrega de prémios, de que daremos conta na próxima edição.

Os cinco primeiros classificados após as duas provas realizadas são os seguintes atletas: 1.º Mário Veríssimo (CCAM Peniche); 2.º Vítor Malheiros (BCP Peniche); 3.º António Cascão (BES Coimbra); 4.º Pedro Veiga (BPI C. Rainha); 5.º António Marques (BCP Marinha Grande). ■

Futsal

Quatro equipas disputam título

Texto: SEQUEIRA MENDES



Club Millennium BCP (Coimbra)

Os Mesmos (Guarda)

Os Viriatos (Viseu)

BCP (Leiria)

O campeonato de futsal do SBC já está a decorrer. Esta prova será integralmente disputada no Pavilhão da Palheira em Assafarge, donde sairá a equipa apurada a participar e representar o SBC na final nacional, a

disputar em Penamacor. Estão inscritas quatro equipas e o campeonato desenrolar-se-á em três jornadas, jogando todos contra todos, saindo vencedora a equipa que obtiver maior número de pontos.

A primeira prova teve lugar a 13 de abril e foram os seguintes os resultados: MG Foot (S. R. Leiria) 1 - 3 Club Millennium BCP (S. R. Coimbra); Os Mesmos (S. R. Guarda) 1 - 6 Os Viriatos (S. R. Viseu). ■



Colecionismo

Exposição de azulejaria na sede

Paulino Mota Tavares, bancário reformado, tem patente no átrio da sede do Sindicato uma mostra de azulejaria portuguesa, fruto dos seus anos de colecionador

TEXTO: A. CASTELO BRANCO



Algumas das peças que constituem a exposição

A exposição patente no átrio da sede do SBC trata o tema da azulejaria no nosso País, trazido pela mão de Paulino Mota Tavares. O ex-funcionário do Banco de Portugal em Coimbra é licenciado em história, escritor, conferencista, professor e poeta.

A literatura inclusa refere as suas origens árabes a partir da chegada à Península no século XIV, bem como o fabrico dos primeiros azulejos por aqui, que aconteceu no século XVI, altura em que são acolhidos e utilizados em edifícios religiosos e grandes palácios durante vários séculos, com grande proe-

minência no século XIX no revestimento de fachadas de muitos prédios e casas de habitação.

Esta é a segunda exposição neste espaço, depois da de Pedro Madeira, também bancário na reforma, referente às questões da modelagem artística e da escrita.

Outras mostras se sucederão, fazendo jus ao apoio do projeto que a Direção do SBC achou por bem considerar e que tem por fundamento dar a conhecer publicamente as apetências e as capacidades de quantos conseguiram conciliar a profissão de bancários com outras manifestações reveladoras de particular criatividade.

A próxima mostra irá versar a feitura artesanal das mais artísticas velas e anjos de cera que vêm correndo mundo, graças à arte e ao engenho do seu autor, igualmente bancário. E mais se seguirá, subordinadas à vastidão de temas que o levantamento indicia, cativos, é certo, da colaboração de todos. ■

1.ª Caminhada do Secretariado Regional de Leiria

Lagoa da Foz do Arelho deslumbrou caminheiros



O bom tempo contribuiu para tornar a caminhada mais aprazível

A 1.ª caminhada do Secretariado Regional de Leiria realizou-se dia 14 de abril, percorrendo a deslumbrante e mágica margem Sul da lagoa da Foz do Arelho. A caminhada teve como ponto de partida o Covão dos Musaranhos, com paragem no alto do Gronho para as inevitáveis fotos da praxe, de onde se vislumbra uma paisagem fantástica. Seguiu-se a passagem pela praia do rio Cortiço, Aldeia da Lapinha e, finalmente, um piquenique conjunto, no Covão dos Musaranhos.

Participaram no evento cerca de quatro dezenas de caminheiros, sendo de salientar a presença de sócios do SBSI e do SBN. ■

Leiria

Formação em fotografia para reformados



Continuando na senda da formação e valorização pessoal dos seus associados, o SBC vai levar a efeito, em Leiria, um curso de formação em fotografia digital para associados reformados.

A ação terá lugar em Leiria, na Know-How Consultores, Lda., nas traseiras da Escola Domingos Sequeira, e a sua duração será de 20 horas, decorrendo de 16 de maio a 7 de junho. Genericamente, este curso versará os "conceitos gerais de fotografia" e o "visionamento e análise de imagens", sempre acompanhados de exercícios práticos, pelo que cada formando deve ser portador de uma máquina fotográfica, de preferência DSLR. ■

TEXTOS: PATRÍCIA CAIXINHA

STAS homenageia sócios

Associados com 25 e 50 anos de filiação recebem emblema comemorativo de prata e ouro, respetivamente



Carlos Marques, presidente da Direção, entrega o emblema a um sócio

A tradicional cerimónia anual de entrega de emblemas de ouro e prata realizou-se dia 4 de abril. Um tributo que o STAS presta a todos os associados que completam 25 e 50 anos de filiação no Sindicato.

Este ano foram contemplados todos os trabalhadores que se tornaram sócios do STAS nos anos de 1961, 1962, 1986 e 1987 e continuam a fazer parte da sua história.

Trata-se de uma cerimónia de grandiosa importância para o Sindicato e para o



Homenageados e familiares assistiram ao espetáculo com músicas de há 25/50 anos

sócio homenageado. Por isso mesmo, o STAS procura criar um momento condigno ao simbolismo que esta iniciativa acarreta.

Desta vez, a cerimónia realizou-se no Salão Nobre da sede do Sindicato, que se encheu de sócios para receberem o seu distinto emblema comemorativo. Colegas, convidados, familiares e amigos animaram tão emblemática festa que se revelou alegre, cantada e muito sentida.

O grupo Informáticos e Companhia presenteou os participantes com a sua música sempre bem-disposta e animada. Recordaram-se músicas de há 25 e 50 anos, num momento inspirador e carregado de emoção.

Findada a homenagem e o reportório musical, seguiu-se um pequeno bebere-

te que assinalou um momento de convívio para finalizar este grande dia.

Pena é que num total de quase duas centenas de sócios convidados para receberem o seu emblema, apenas 45 compareceram à chamada e foram homenageados.

O STAS continuará com o mesmo empenho e dedicação a promover encontros para prestar o tributo merecido àqueles que ao longo de todos estes anos estiveram e continuam a estar presentes na vida deste Sindicato que é de todos.

É por eles que estamos aqui hoje e continuaremos amanhã. A todos eles deixamos a nossa gratidão. Aos restantes, a promessa de que continuaremos cá, dando o nosso melhor todos os dias. ■

Conselheiros aprovam Relatório de Atividades e Contas

O Conselho Geral aprovou, na sessão de 4 de abril, o Relatório de Atividades e as Contas de 2012

Após uma exaustiva apresentação do que a anterior e a atual Direção do Sindicato (que tomou posse a 19 de junho) realizaram até ao último dia do ano de 2012 e prestados os esclarecimentos necessários, os conselheiros votaram favoravelmente o Relatório de Atividades e as Contas do ano transato.

Como aspetos mais relevantes do trabalho feito pela Direção, destaca-se a entrada em vigor do novo CCT. Depois de trinta anos, foi possível proporcionar aos trabalhadores de seguros um con-

trato mais adaptado à realidade do setor – e o STAS contribuiu para a implementação de um CCT ao qual se reconhecem aspetos altamente inovadores.

Igualmente de salientar, na área político-sindical, as diversas reuniões de esclarecimento do CCT, plenários de trabalhadores e reuniões com as administrações e direções de recursos humanos em diversas empresas em todo o País, incluindo Madeira e Açores.

O Sindicato participou também em diversos órgãos e reuniões da UGT, da Febase e da UGC.

No que se refere ao apoio jurídico, foram feitos 2011 atendimentos aos associados, interpostas 13 ações judiciais e emitidos sete pareceres jurídicos. Foi ainda dado acompanhamento em processos de despe-



Os conselheiros ouviram uma exaustiva exposição sobre o trabalho sindical realizado

dimento coletivo, cessões da posição contratual, processos disciplinares, reuniões em empresas e comunicações com a ACT.

Recorde-se que no ano transato o STAS inaugurou o seu novo sítio online, criou o novo design do cartão de sócio, e preparou a campanha de sindicalização para 2013.

A cultura, o desporto e a formação foram apostas do STAS, que promoveu iniciativas para os seus associados – que, aliás, são áreas que continuam a merecer atenção e o destaque da Direção. ■

Formação Sindical

Valorize-se no seu Sindicato

FORMAÇÃO GRATUITA

Escola de Pais
4 Horas | 16 de maio em Lisboa e 23 de maio no Porto

Internet Segura
2 Horas: 17h00 às 19h00 | 7 maio em Lisboa e 14 maio no Porto

Modular Certificada
25 Horas | 3 de junho em Lisboa e 11 de junho no Porto
(Lisboa - Contrato de Compra e Venda) (Porto - Língua Inglesa - Vendas, Negociação e Marketing)

Suporte Básico de Vida
4 Horas | 4 de junho em Lisboa e 11 de junho no Porto

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Formação Pedagógica Inicial de Formadores
95 Horas | 20 de maio e 7 de outubro no Porto, Lisboa e Castelo Branco
Modalidade "blending" - Custo: 249,90€ | Custo Sócio STAS - 149,90€ | Custo Sócio FEBASE - 199,90€

A concretização de qualquer uma das ações está dependente do número mínimo de inscrições.

Para mais informações:
www.stas.pt | stas@stas.pt | 218 802 160

CAMPO DE FÉRIAS FECHADO

Os preços incluem: Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença-a-Nova e regresso. Estadia em regime de pensão completa (alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar e ceia). Prática de Natação, Passeios, Caminhadas, Slide, Rappel, BBT/Cicloturismo, Bsnaga Ball e outras atividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas atividades.

2013

1º Turno:
22 a 29 de junho

2º Turno:
29 junho a 13 de julho

3º Turno:
13 de julho a 27 de julho

4º Turno:
27 de julho a 10 de agosto

5º Turno:
10 a 24 de agosto

6º Turno:
24 a 31 agosto

• Turnos de uma semana

Preços:
425 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
525 Euros para Outros * (valores para turnos de 15 dias)

Pagamentos fracionados até novembro
10% de desconto nos pagamento efetuados na totalidade até a data de início do turno correspondente
(contacte para descontos e condições de pagamento)

Para Crianças e Jovens a partir dos 8 anos de idade

Jovens Seguros

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 21 880 21 60

III Torneio de futsal masculino

INETESE sagrou-se campeã



TEXTO: **MÁRIO RÚBIO**

A equipa da INETESE venceu o torneio de futsal masculino, com cinco vitórias em oito jogos. A melhor defesa coube à GDC Fidelidade, que teve também o melhor marcador

Classificação - III Torneio de Futsal STAS 2013 Masculino

Equipas	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Golos		Diferença M/S	Pontos
					Marc.	Sofr.		
1 INETESE	8	5	3	0	38	18	20	18
2 GDC FIDELIDADE	8	5	2	1	34	14	20	17
3 JOVENS SEGUROS	8	3	1	4	21	23	-2	10
4 C.C. AXA Seguros	8	2	2	4	21	25	-4	8
5 ZURICH Seguros	8	1	0	7	6	40	-34	3

O III torneio de Futsal do STAS - masculino terminou em 18 de março, com a vitória incontestável da INETESE.

No decorrer do torneio foi possível assistir a jogos de grande competitividade e desportivismo.

A forma como o torneio decorreu leva o STAS a pretender enriquecer cada vez mais estas provas, pelo que irá tentar alargar as inscrições a mais equipas oriundas do setor financeiro.

Foram ainda apuradas as seguintes classificações:

"Melhor marcador": Pedro Camacho (GDC Fidelidade), com 12 golos; "Melhor defesa": GDC Fidelidade, com 14 golos sofridos;

"Troféu disciplina": Zurich Seguros, com 60 pontos; "Troféu fair play": C.C. Axa Seguros, com 14 pontos.

Resta saudar todos os participantes pela forma desportiva com contribuíram para o êxito deste torneio e desejar poder voltar a contar com estes em provas futuras. As classificações finais deste torneio estão expressas no quadro. ■



Universidade Sénior Pedro de Santarém

As aulas já começaram!

As inscrições continuam abertas para a frequência das disciplinas ministradas na Universidade Sénior Pedro de Santarém, que recebe alunos oriundos dos setores bancário e de seguros

TEXTO: **MÁRIO RÚBIO**

As aulas na Universidade Sénior Pedro de Santarém tiveram início a 15 de abril. Embora o número de alunos seja ainda reduzido, as disciplinas que



As aulas prolongam-se até junho

estão a ser ministradas têm recebido grande adesão por parte destes. Algumas disciplinas receberam uma maior procura por parte de alunos após o seu início.

As inscrições continuam abertas, já que a Universidade manter-se-á em funcionamento até ao final de junho, altura em que começam as férias.

No próximo ano letivo as aulas terão início em setembro, a exemplo do calendário escolar.

Mesmo que não estejam interessados em frequentar as aulas até junho, os alunos poderão sempre fazer a sua inscrição para a época que terá início em setembro e assim ajudarem a completar o número de alunos para uma determinada disciplina.

Os serviços do STAS estão em condições de poder dar todos os esclarecimentos necessários através do e-mail uspedrosantarem@stas.pt

Neste momento a Universidade conta com alunos oriundos do setor bancário e de seguros, esperando-se em breve uma maior adesão uma vez que também os familiares poderão inscrever-se. ■

Esclarecimento sobre Fundo Especial

Na edição anterior, o título do artigo sobre o Fundo Especial publicado na página dedicada à Contratação Seguros gerou alguma confusão nos leitores. Assim, esclarece-se: o Fundo Especial não cessou. O STAS quer esclarecimentos sobre as situações anómalas que atingem alguns pré-reformados.



Concerto de Coros

Ecos de Páscoa em vozes bancárias

O concerto de Páscoa de Coros Bancários teve a qualidade coralística e de repertório a que a tradição já nos habitou. Um verdadeiro Aleluia à música vocal

Texto: **INÊS F. NETO**

Foi, sem dúvida, um final de dia muito especial para todos os que no dia 4 de abril passaram pela Igreja de S. Domingos, ao Rossio, em Lisboa. Com rumo definido ou por mero acaso, a surpresa colheu todos: mesmo quem sabia ao que ia não estava à espera da sublime beleza contrastante

de uma igreja despojada de relíquias a servir de palco aos cânticos religiosos que a excelente acústica fazia ressoar no templo.

Tratou-se do VIII Concerto de Páscoa de Coros Bancários, o segundo espetáculo da temporada coralista promovida pelo Pelouro dos Tempos Livres do SBSI e que terminará a 12 de outubro com o Concerto de Coros Bancários.

A temporada permite apreciar um leque variado de música de acordo com as épocas em que são apresentadas – nomeadamente nas quadras natalícia e pascal. Sai a ganhar o público apreciador de música coral.

A Igreja de S. Domingos teve bastante assistência, composta por muitos bancários apreciadores da arte vocal, bem como familiares e amigos, mas também por turistas e católicos que ali

se dirigiram para a prática de culto e se quedaram a escutar. E todos se renderam à mestria dos grupos corais.

Ali se apresentaram cinco coros de Instituições de Crédito: o Coro do Grupo Desportivo e Cultural do Banco de Portugal, dirigido por Sérgio Fontão; o Grupo Coral dos Serviços Sociais da CGD, cujo maestro é João Pereira; o Coro do Grupo Desportivo e Cultural do BPI, que José Eugénio Vieira dirige; o Coro do Clube Millennium BCP, dirigido por António Leitão; e o Coral Santander Totta, que tem como maestro Diogo Pombo.

Como também aconteceu nas três edições anteriores do concerto de Páscoa, mesmo tendo cenário um templo o público não se fez rogado nos aplausos de incentivo e apreço aos coralistas, que no total interpretaram quase uma vintena de peças.

O repertório apresentado centrou-se nos cânticos religiosos tradicionais alusivos à época pascal e maioritariamente em compositores de séculos passados. Foi o caso, por exemplo, de "Regina Coeli Laetare", de Antonio Lotti, "O Esca Viatorum", de Michael Haydn, ou "Ave Vera Virginitas", de Josquin Des Prés.

Como o público pôde constatar, merece referência a capacidade de inovação e a criatividade dos grupos corais, mesmo enfrentando um repertório tão marcadamente tradicional.

Saliente-se o exemplo do Coro do Clube Millennium BCP, que optou por interpretar apenas espirituais – negros e brancos, proporcionando momentos vibrantes. ■



Squash

Dupla vitória para Luís Valente

O 7.º circuito interbancário de squash conheceu as duas últimas provas antes da final do Sul e Ilhas. Luís Valente conseguiu alcançar a vitória em ambas, mas foi Francisco Madureira a terminar em primeiro da geral

Textos: **PEDRO GABRIEL**

A Quinta da Marinha e as Olaias acolheram, respetivamente, a terceira e quarta provas do circuito interbancário de squash.

A primeira teve lugar a 23 de março, terminando com a vitória de Luís Valente, cujos 100 pontos permitiram um salto relevante até ao quarto lugar da tabela classificativa geral. A fechar o pódio ficaram Miguel Esteveira, com 95 pontos, e Francisco Madureira, com 90. Na quarta posição e a quebrar a hegemonia dos atletas do Millennium bcp, ficou André Noronha (CGD), com 85 pontos. Cristina Eira (Sibs) terminou no quinto posto, com 80.



Já na prova disputada nas Olaias, a 20 de abril, destaque para nova vitória de Luís Valente. O jogador do Millennium bcp levou a melhor sobre Francisco Madureira, que terminou em segundo. A completar o pódio surge José Faria, também do Millennium bcp.

As duas últimas provas confirmaram a hegemonia do Millennium bcp nesta edição, com as seis primeiras posições da classificação geral a serem preenchidas por atletas daquela instituição bancária.

O vencedor desta primeira fase foi Francisco Madureira, que alcançou 385 pontos, logo seguido de Miguel Esteveira, com 360. José Rebelo, com 310, ficou com o "bronze". Este torneio não começou da melhor maneira para Luís Valente, mas a vitória nas duas últimas provas valeram-lhe o quarto lugar da geral, com 295 pontos.

Também na classificação por equipas, o pódio ficou a cargo do Millennium bcp, com a dupla Francisco Madureira/José Rebelo a saltar para o primeiro lugar nesta última ronda, com 695 pontos, por troca com José Faria e Miguel Esteveira, que terminaram com 630 pontos. Já a dupla Luís Valente/Paulo Kellen conservou o terceiro lugar, com 560 pontos. Na quarta posição, com 410 pontos, surge o Clube Banif, composto por Gisela Frias e Pedro Castro.

A dupla André Noronha/Diogo Luís (CGD), com 375 pontos e a dupla Fernanda Barroso/João Fragoso (Millennium bcp), com 225, ocupam os últimos lugares.

A final do Sul e Ilhas está marcada para Castelo Branco, nos dias 1 e 2 de junho, e deverá ser composta por um quadro de 12 jogadores. ■

King

António Moço é o novo líder

O 7.º campeonato regional de King continua a disputar-se na área da Grande Lisboa, com a realização de mais duas jornadas. À entrada para a última, António Moço é o novo líder

Textos: **PEDRO GABRIEL**

A 5.ª jornada da prova de king realizou-se nas instalações do SBSI, a 16 de março, e contou com a participação de 20 jogadores. Nos quatro jogos disputados reinou o salutar convívio e camaradagem entre todos.

António Araújo (BPI) foi, mais uma vez, o melhor, terminando a ronda no primei-

ro lugar, com 163 pontos. Muito perto, na segunda posição, surgiu Pinto Pedro (ex-BNU), com 158 pontos, mais seis que António Moço (BPI), que se ficou pelo terceiro lugar. Caetano Moço (Unicre), com 148 pontos, ficou no quarto posto.

António Araújo tinha, portanto, vantagem escassa à entrada para a 6.ª e penúltima jornada, disputada a 9 de abril por 19 jogadores. O homem do BPI não foi além do terceiro lugar, com 185 pontos, perdendo a liderança para António Moço, agora com um total de 192 pontos.

Pinto Pedro, que teve uma ronda bastante produtiva, segue no encalço do primeiro lugar, com apenas um ponto a separá-lo da liderança.

Destaque ainda para o quarto lugar de João Baleira (Millennium bcp), com 184 pontos e o quinto de Caetano Moço, com 183.



António Moço (ao centro) lidera, num campeonato muito equilibrado e cuja final mantém enorme expectativa

A última jornada realizou-se no dia 27 de abril e daremos conta dos resultados finais em futuras publicações. ■

Karting

Luta pelo comando **ao rubro**

À terceira corrida do 16.º campeonato interbancário de karting, José Luís Feliciano deixou de estar sozinho na frente da classificação geral. Carlos Manuel Gonçalves foi um dos melhores em pista e ascendeu ao primeiro lugar

TEXTOS: **PEDRO GABRIEL**



Na terceira prova houve emoção até ao final

O kartódromo da Batalha acolheu, a 20 de abril, a terceira prova do campeonato interbancário de karting, num total de cinco que antecedem a final do Sul e Ilhas, a 19 de outubro.

Foi num dia repleto de sol que os pilotos se fizeram ao asfalto, numa corrida onde houve bastante emoção

até ao final. Carlos Manuel Gonçalves e António Silva conseguiram um total de 17 pontos, que permitiu ao primeiro ascender à liderança da classificação geral. No entanto, Carlos Manuel Gonçalves não está sozinho: em igualdade pontual encontra-se José Luís Feliciano, que ao terminar a prova com 13 pontos mantém esperança na vitória final. Paulo Pires também obteve 13 pontos, os mesmos que Luís Duarte. Finalizada a terceira prova, está assim ordenada a classificação geral: 1.º Carlos Manuel Gonçalves (43 pontos); 2.º José Luís Feliciano (43); 3.º Paulo Pires (39); 4.º António Silva (37); 5.º Francisco Sousa (29).

A quarta e penúltima prova está marcada para dia 11 de maio, em Campera. ■

Golfe

João Castro Sá e Madeira Fernandes **imparáveis**

Na última prova do 10.º Torneio da Ordem de Mérito, João Castro Sá, em "gross", manteve a liderança. Já em "net", Madeira Fernandes foi o melhor



José Madeira Fernandes lidera a classificação geral na categoria "net"

Na categoria "net", José Madeira Fernandes conta com 52 pontos, o que lhe vale o primeiro lugar da geral. Nas restantes posições do pódio, a luta está renhida, com apenas um ponto a separar Joaquim Mata Martins (BCP), com 38 pontos, de António Oliveira Matos, com 37. ■

Na terceira e última prova, realizada a 20 de abril em Santo Estevão, marcaram presença 23 golfistas, já de olhos postos na grande final, marcada para o dia 25 de maio, no Montado.

Na categoria "gross", João Castro Sá (BdP) queria manter a liderança conquistada na última prova e não deixou os seus créditos por mãos alheias, mantendo o primeiro lugar, com 25 pontos, e levando a melhor sobre Júlio Machado (BdP), que alcançou 23.

Oswaldo Borges (BPI), com 22 pontos, e Juvenal Candeias (BBVA), com menos um, ocuparam a terceira e quarta posições, respetivamente. Outro elemento do BdP, José Madeira Fernandes, completou o lote dos cinco primeiros, com 19 pontos.

Assim, ao cabo de três provas, a liderança da classificação geral na categoria "gross" continua a pertencer a João Castro Sá, com 60 pontos. Seguem-se José Madeira Fernandes, com 41, e Juvenal Candeias, com 38.

E foi precisamente José Madeira Fernandes a cotar-se como principal figura na categoria "net". Depois do quinto lugar na última prova, o jogador do BdP foi o mais forte e terminou no primeiro posto, com 40 pontos, seguido de muito perto por Oswaldo Borges, com 38. Juvenal Candeias, com 37 pontos, completou o pódio. António Oliveira Matos (Millennium bcp) e Vítor Madeira (BES) foram os seguintes na classificação, ambos com 36 pontos.

Xadrez

Micael Santos vence fase preliminar

A sede do SBSI recebeu a fase preliminar do 28.º torneio interbancário de xadrez. De entre 15 concorrentes, Micael Santos foi o melhor

A fase preliminar realizou-se no dia 13 de abril e antecedeu a final do Sul e Ilhas, marcada para 11 e 12 de maio, no mesmo local. Miranda do Douro acolhe a final nacional, nos dias 25, 26 e 27 de outubro.

Na sede do SBSI, em Lisboa, 15 concorrentes puseram à prova os seus conhecimentos no tabuleiro.

Micael Santos (Millennium bcp), com um ELO de 1963, conquistou o primeiro lugar, com 5 pontos, logo seguido de Luís Rebelo de Sousa (BdP), com 4,5. Bruno Narenda Jivan, do BES, com 1500 de ELO, fechou o pódio alcançando 4 pontos.

De referir que João Paulo Gama (BBPI), Carlos Andrade (TD Totta) e Nuno Cabral Ferrão (Millennium bcp), também atingiram a barreira dos 4 pontos.

A comissão organizadora é composta por Manuel Camacho, João Carvalho, Carlos Andrade e Fernando Martins. ■



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de abril

TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Torre das Águas"
Maria Salvador



"A simbiose perfeita"
Nuno Silva



"O peso da idade"
João Amaro



"De volta à faina"
Francisco Oliveira



"Quiosques"
Manuela Viola



"À noite a preto e branco"
Jorge Araújo

TEMA - LIVRE



"Cores"
Pacheco Pontes



"Percorri uma vida"
Cristina Mestre



"Inversão simétrica"
João Amaro



"Sentinela"
Luís Reço



"O desabrochar da vida"
Rui Gonçalves



"Esperança"
Cristina Mestre

Mário Mourão na tomada de posse

"Privilegiaremos o diálogo mas não hesitaremos se formos chamados à rua"

O novo mandato será de desafios. O reeleito presidente da Direção do SBN garantiu que o Sindicato lutará em várias frentes para defender os associados

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

"A Direção privilegiará sempre o diálogo, mas também não hesitaremos quando formos chamados à rua para defender os direitos de quem representamos", sublinhou Mário Mourão no ato da tomada de posse dos novos Corpos Gerentes e de toda a estrutura sindical, no dia 19 de abril, e depois de os representantes de cada uma das tendências ter feito uma saudação aos presentes.

Antes, Alfredo Correia, que mantém a presidência da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Geral e do Congresso, salientou que "a Mesa será o fiel garante do cumprimento dos Estatutos do SBN".

Mário Mourão começou por caracterizar o momento da posse como de "enorme responsabilidade para todos quantos mereceram a confiança dos trabalhadores bancários do Norte", apelando, no momento difícil que a classe atravessa, "à unidade para as lutas que se avizinham, sem espírito de vencedores nem vencidos – uma vez que os nossos adversários são os banqueiros e não os bancários".

Chamou, depois, a atenção para as dificuldades verificadas no setor: "Os próximos anos prometem grande agitação, com as entidades patronais de algumas instituições a tirarem partido da crise financeira para alavancarem situações internas de verdadeira afronta aos seus trabalhadores", frisou, acrescentando:

"A palavra 'despedimentos' já não é tão do gosto nem da subtil dialética do patronato, que preferiu começar a substituí-la pela expressão 'rescisões amigáveis', como quem vende gato por lebre. Para nós, Sindicato dos Bancários do Norte – e ao contrário de um certo sindicato paralelo –, uma proposta dessas nunca poderá ser um buquê e muito menos



Mário Mourão discursando na tomada de posse

cheira a rosas. Ao contrário, está cheia de espinhos para os trabalhadores e cheira a produto tóxico. E por isso continuaremos a lutar, com todas as armas que o sistema democrático nos facultar, para impedir, o mais possível, estas arremetidas insanas do patronato contra os trabalhadores, que sempre estiveram na primeira linha da defesa das instituições quando a crise financeira internacional acabou por se instalar também no nosso País".

Contra iniquidades

Mourão referiu-se também à problemática da contratação: "A negociação do Acordo Coletivo de Trabalho do setor bancário é outro desafio imenso que se nos coloca, dada a intransigência do grupo negociador patronal, que se desfaz nos mais inaceitáveis e fictícios argumentos para tentar justificar o injustificável, ou seja, para não cumprir o dever a que está ética, moral e financeiramente obrigado, de rever, de uma forma positiva, os salários e as cláusulas de expressão pecuniária do ACT".

Com efeito, salientou Mário Mourão, "os bancos continuam a acumular lucros, independentemente da crise. Mais lucros ou menos lucros. Mas sempre lucros. Ao contrário, os seus trabalhadores, indefesos e cada vez mais desgastados face às crescentes 'inovações' proporcionadas pela crise, estão cada vez mais vulnerá-

veis, estendendo-se tal depauperamento ao conjunto das suas famílias. Tal situação não é aceitável, não é justa, não é tolerável. O SBN vai, por isso, incrementar a sua luta contra estas iniquidades".

E pormenorizou algumas outras situações concretas que estão em agenda: "Outra luta que a Direção também não só não esquecerá como se prepara para desenvolver é relativamente à discriminação vergonhosa para com os trabalhadores reformados do ex-Totta e Açores, do ex-Banco de Angola. Mas também não abrandaremos as ações nem reduziremos a nossa determinação em relação aos processos judiciais relativamente aos cortes salariais dos trabalhadores da CGD, reformados e ativos, aos trabalhadores do BPN e agora da Parvalorem, bem como aos colegas do ex-BNU".

Antes de terminar, Mário Mourão informou que a Direção delegará competências num Conselho de Gerência, constituído por cinco bancários sócios do SBN, para a gestão do Serviço de Saúde do Sindicato dos Bancários do Norte, que serão designados na primeira reunião da Direção.

Rumo ao sindicato único

Depois de ter caracterizado o recente ato eleitoral do SBN como "um momento de democracia pura", Rui Riso, secretário-geral da Febase, falando em nome da Federação considerou que "o movimento sindical do setor financeiro vive uma altura importante e particularmente desafiante, ao ter sido aberto o projeto de um sindicato único".

Cotejando a realidade vivida e promovida pelos sindicatos verticais membros da Febase e os "sindicatos amarelos e divisionistas que só servem para enfraquecer a classe", Riso define: "Sindicatos somos nós! Os outros são lojistas!" E passou ao ataque: "O que é que os lojistas fizeram? Aumentaram direitos? Melhoraram salários? Investiram para melhorar os SAMS? Os trabalhadores da CGD estão melhores? Não, estão piores, porque estão divididos!" É nessa ordem de raciocínio que enfatiza: "Também por tudo isso nos devemos fundir, para juntarmos património e princípios". ■

ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

9 de Abril de 2013

QUADRIÉNIO 2013 / 2017

QUADRO DE RESULTADOS

Decorrido o acto eleitoral e encerrado o prazo estatutário para o escrutínio, apuramento e divulgação dos resultados, a MAGCGC congratula-se e aproveita para saudar toda a Classe pela elevada postura e forma cívica como participou no mesmo.

Aproveitamos o ensejo para agradecer a todos quantos, incluindo os Serviços do SBN, colaboraram connosco neste complexo processo eleitoral.

Face aos resultados, queremos desejar as maiores felicidades no desempenho dos cargos sindicais a todos quantos foram eleitos e reafirmar a nossa colaborante e vigilante actuação, no novo mandato, enquanto MAGCGC.

					LISTAS	
MAGCGC / DIRECÇÃO	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	A	I
	14 931	6 265	277	5 988	4 959	1 029

					LISTAS			
CONSELHO GERAL	Recens.	Votos entrados	Branco e nulos	Votos válidos	B	D	E	I
	14 931	6 279	230	6 049	2 277	724	2 211	837
Membros Eleitos					56	18	55	20

					LISTAS			
COMISSÃO SINDICAL DE REFORMADOS	Recens.	Votos entrados	Branco e nulos	Votos válidos	B	D	E	I
	8 724	2 909	99	2 810	1 088	396	969	357
Membros Eleitos					3	1	2	1

Saudações Sindicais
A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL,
DO CONSELHO GERAL E DO CONGRESSO

COMISSÕES SINDICAIS DE EMPRESA

BANCO DE PORTUGAL, EP	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	C	E
	115	102	17	85	45	40
Membros Eleitos					2	1

BANCO ESPÍRITO SANTO, SA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E	I
	473	291	9	282	104	165	13
Membros Eleitos					1	2	0

BANCO BPI, SA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E
	768	355	18	337	194	143
Membros Eleitos					3	2

BANCO SANTANDER TOTTA, SA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E	H
	730	465	19	446	194	198	54
Membros Eleitos					2	3	0

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, SA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B
	56	14	0	14	14
Membros Eleitos					3

BARCLAYS BANK -PLC	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	D
	88	31	1	30	15	15
Membros Eleitos					0	0

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, SA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E	I
	1 820	814	27	787	252	241	294
Membros Eleitos					2	2	3

CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E	I
	218	115	2	113	55	42	16
Membros Eleitos					2	1	0

CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	D	F	I
	640	397	16	381	178	150	53
Membros Eleitos					3	2	0

BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E
	221	123	1	122	63	59
Membros Eleitos					2	1

BANCO POPULAR PORTUGAL, SA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E
	175	139	0	139	25	114
Membros Eleitos					0	3

BANCO BIC PORTUGUÊS, SA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E	I
	198	85	3	82	45	25	12
Membros Eleitos					2	1	0

FINCRÉDITO, SA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	D
	67	40	0	40	40
Membros Eleitos					3

COMISSÕES SINDICAIS DE DELEGAÇÃO

REGIÃO DE AVEIRO	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	D	E
	1 218	702	18	684	223	51	410
Membros Eleitos					2	0	3

REGIÃO DE BRAGA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	D	E
	1 207	597	31	566	369	33	164
Membros Eleitos					4	0	1

REGIÃO DE BRAGANÇA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E
	260	216	8	208	195	13
Membros Eleitos					3	0

REGIÃO DE CHAVES	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	G
	214	180	3	177	177
Membros Eleitos					3

REGIÃO DE GUIMARÃES	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	D	E
	643	313	12	301	212	20	69
Membros Eleitos					4	0	1

REGIÃO DE MIRANDELA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E
	225	171	8	163	130	33
Membros Eleitos					3	0

REGIÃO DE PENAFIEL	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	D	E
	616	200	2	198	41	32	125
Membros Eleitos					1	1	3

REGIÃO DE PESO DA RÉGUA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E
	94	94	0	94	17	77
Membros Eleitos					0	3

REGIÃO DE S. JOÃO DA MADEIRA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	D	E
	1 061	524	17	507	61	20	426
Membros Eleitos					0	0	5

REGIÃO DE VALENÇA	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E
	221	186	1	185	169	16
Membros Eleitos					3	0

REGIÃO DE VIANA DO CASTELO	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	E
	505	151	6	145	115	30
Membros Eleitos					4	1

REGIÃO DE VILA REAL	Recens.	Votos entrados	Branco e Nulos	Votos válidos	B	D	E
	256	129	4	125	26	11	88
Membros Eleitos					0	0	3

CURSOS

Pólo de Castelo Branco

Técnico de restauração: Restaurante – Bar
Técnico de restauração: Cozinha – Pastelaria

Pólo do Crato

Técnico auxiliar de saúde
Técnico de turismo

Pólo de Lisboa

Animador sociocultural
Técnico de informática de gestão
Técnico de turismo

Pólo de Albufeira

Técnico de informática de gestão
Técnico de turismo

Pólo de Vila Real

Técnico de informática de gestão

Pólo de Sesimbra

Técnico de restauração: Restaurante – Bar
Técnico de restauração: Cozinha – Pastelaria
Técnico de turismo
Técnico de turismo ambiental e rural

Pólo de S. Bartolomeu de Messines

Técnico de turismo ambiental e rural
Técnico de produção agrária/animal/vegetal
Técnico de viticultura e enologia
Técnico de jardinagem em espaços verdes

Associação Agostinho Roseta Escola profissional



Desde 1989, a AAR tem na formação profissional a sua principal vocação, tendo formado mais de 1500 alunos nas mais diversas áreas.

Desde sempre, os objectivos gerais da escola têm sido a promoção da educação profissional, de forma a preparar os nossos alunos para a sua integração em quadros médios de empresas, com alto nível de qualificação.

A estruturação dos cursos permite também uma formação certificada dentro da comunidade europeia, possibilitando o aumento do potencial mercado de trabalho.

*Dupla certificação
Certificado profissional nível IV
Diploma de equivalência do 12º Ano*



Uma aposta segura no teu futuro!

www.epar.edu.pt